

PORTUGAL E OS DESAFIOS DO MAR

IN MEMORIAM DO PROFESSOR DOUTOR ERNÂNI LOPES (1942-2010)

«Ensina a História que prosperidade e navios no mar foram sempre sinónimos na língua portuguesa; que época em que estamos alheados do mar é época de decadência»¹.

Presentemente, o território nacional é composto por três pequenos núcleos, que constituem os vértices de um vasto triângulo de mar Atlântico. Foi igualmente o mar que, nos primórdios da nacionalidade, tornou possível a conquista de uma parte daquilo que é hoje Portugal, povoado desde tempos imemoriais por gente que a ele se afeiçoou, por vocação ou necessidade. Escassos três séculos volvidos após a sua fundação, o chamamento do Atlântico constituiu *canto de sereia* para os ouvidos dos marinheiros portugueses. Com as suas extraordinárias navegações, fizeram com que o mar passasse a unir em vez de separar, contribuindo, assim, para que o português alcançasse o estatuto de língua universal, partilhada hoje por oito países em quatro continentes. O mar e a língua, pelo facto de favorecerem o estabelecimento de relações políticas, económicas e culturais com os demais países de língua oficial portuguesa, constituem activos de elevado valor estratégico para Portugal.

A importância do mar está intrinsecamente relacionada com os nossos espaços marítimos e que os portugueses souberam dilatar, contando hoje com uma linha de costa que se estende por 2.188 km e uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) que abrange 1,7 milhões km². Em termos de superfície terrestre, Portugal posiciona-se no centésimo décimo (110.º) lugar entre os países do mundo. Relativamente à ZEE, que representa 18,7 vezes a dimensão do território, Portugal ocupa o décimo primeiro (11.º) lugar a nível mundial, à frente de países como a China, a Índia ou a Alemanha. Aliás, se atendermos ao espaço exclusivamente europeu, o nosso país detém, presentemente, a mais extensa ZEE.

Na sequência da recente proposta apresentada por Portugal junto da Comissão dos Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas, o imenso espaço marítimo sob responsabilidade nacional pode ainda, dentro em breve, conhecer um incremento substancial. Caso venha a ser satisfeita a pretensão portuguesa, a nossa plataforma continental mais do que duplica – dos actuais 1,7 milhões para os 3,6 milhões de km² – passando a haver continuidade de solo nacional entre o território do continente e as regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

Como o Professor Ernâni Lopes sustentava, este vastíssimo espaço marítimo encerra um elevado potencial de riqueza que pode contribuir, se convenientemente gerido e explorado, para o desenvolvimento do país, com a particularidade das responsabilidades e desafios daí decorrentes irem de encontro à nossa quase milenar vocação marítima.

Actualmente, o tráfego marítimo é responsável por cerca de 90% do comércio mundial. Em Portugal, as mercadorias movimentadas nos portos nacionais representam 60% das exportações e 70% das importações. É igualmente por via marítima que nos chega a totalidade do petróleo e dois terços do gás natural que importamos.



O Professor Doutor Ernâni Rodrigues Lopes licenciou-se em Economia no Instituto de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF, actual ISEG) em 1964, onde foi assistente entre 1966 e 1974. Como oficial da Reserva Naval, cumpriu o serviço militar obrigatório na Marinha, na Direcção das Construções Navais, entre 1964 e 1967. Integrou, a partir de 1967, o Serviço de Estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal, que dirigiu nos últimos anos. Entre 1975 e 1979 foi embaixador de Portugal em Bona, Alemanha Federal, assumindo depois, entre 1979 e 1983, o cargo de embaixador e chefe da missão portuguesa junto das Comunidades Europeias em Bruxelas, tendo sido responsável pelas negociações de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE). Em 1982 doutorou-se em Economia pela Universidade Católica, onde já leccionava desde 1980. Como Ministro das Finanças e do Plano entre 1983 e 1985, liderou o processo de adesão de Portugal à CEE e foi responsável pela aplicação do programa do Fundo Monetário Internacional (FMI) no nosso país. Desde a sua fundação em 1996, exerceu o cargo de presidente da assembleia-geral da Associação dos Oficiais da Reserva Naval (AORN) e em 2003 foi eleito membro efectivo da Academia de Marinha. Desempenhava o cargo de presidente do conselho de administração da Fundação Luso-Espanhola e, desde 2007, era Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa. Foi igualmente conferencista convidado em diversas instituições militares, designadamente, no Instituto de Defesa Nacional (IDN), Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG) e Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

O sector das energias renováveis – ondas, marés e vento – apresenta igualmente um enorme potencial de crescimento em instalações *off-shore*, prevendo-se que, no futuro próximo, uma percentagem crescente da energia eléctrica seja produzida em ambiente marítimo.

Ainda com grande potencial de crescimento, a denominada economia do mar já representa 11% do produto interno bruto (PIB) nacional, 12% do emprego, 17% dos impostos indirectos e 15% das margens comerciais geradas pela economia portuguesa, sendo que o sector portuário, com o porto de Sines à cabeça, é um dos que tem registado maior desenvolvimento nos últimos anos.

O mar, principal traço da nossa identidade, é igualmente símbolo de coesão nacional e elemento potenciador da determinação colectiva. Neste sentido, a sua acção mobilizadora constitui um importante contributo para que possamos ultrapassar, com êxito, os crescentes e complexos desafios que nos são colocados pelo mundo em mudança, cuja globalização, convém recordar, foi encetada pela visão empreendedora dos portugueses nos séculos XV e XVI, que a bordo das suas frágeis naves ousaram dar «novos mundos ao mundo».

Importa no entanto sublinhar, que a utilização pacífica do mar exige confiança, só possível com navios que exerçam a autoridade do Estado e que garantam a segurança relativamente às ameaças que actualmente se nos deparam. À criminalidade transnacional e aos tráficos de armas, narcóticos e seres humanos, vieram somar-se outras, tão imperceptíveis quanto nefastas, como o terrorismo internacional, a proliferação de armas de destruição maciça, a depredação dos recursos vivos e não vivos, a destruição dos *habitats* e a poluição do meio marinho.

A exigência e os desafios colocados pelo mar, porque aparentemente insuperáveis, reivindicam esforços muitas vezes difíceis de compreender. Não obstante, as adversidades e contingências com que actualmente nos confrontamos, só podem ser ultrapassadas se entendidas como uma invulgar oportunidade para de pronto ençarmos um novo rumo. Só assim estaremos em condições de deixar um país melhor e pessoas mais qualificadas para enfrentar o rol crescente de desafios vindouros. De acordo com a posição incansavelmente reiterada pelo Professor Ernâni Lopes ao longo da última década, o imenso legado que nos foi confiado exige melhores cidadãos e, sobretudo, uma atitude mais responsável, com vista granjear o respeito e acautelar o futuro daqueles que nos sucedem. Ainda estamos a tempo!



Colaboração do EMA
CFR António Manuel Gonçalves
Membro do CINAV

Nota:

¹ Comandante Serra Brandão (1958).